

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - LICITAÇÃO COMPARTILHADA TCE/SC E ALESC - - AMPLA CONCORRÊNCIA -

O **Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**, inscrito no CNPJ nº 83.279.448/0001-13, com sede na Rua Bulcão Viana, nº 90, Centro, Florianópolis/SC, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei nº 14.133/2021**, da **Lei Complementar nº 123/2006** e da **Resolução N. TC-0237/2023** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, será realizada licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento de **menor preço**, sob o **regime de execução de preços unitários**, mediante as condições estabelecidas neste Edital, destinado à **ampla concorrência**.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 15/07/2026

HORÁRIO DE ABERTURA DE SESSÃO E DISPUTA DE LANCES: 14:00 horas

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

CÓDIGO UASG: 925395

NÚMERO DA LICITAÇÃO NO SISTEMA: 90041/2026

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação diversa do Agente de Contratação.

SEÇÃO I - DO OBJETO

1 A presente licitação tem como objeto a contratação compartilhada, por meio de sistema de registro de preços, de solução para gestão de acessos privilegiados e senhas de aplicações com suporte e treinamento, para o Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC, e para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC, de acordo com as especificações, quantitativos e condições, bem como preço máximo relacionados no Termo de Referência - **Anexo III**.

1.1 Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema www.compras.gov.br e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

2.1 TCE/SC: Funcional Programática: 01.126.0935.0154, Projeto/Atividade: 001882, Fonte: 1.500.100.000, Classificação Econômica: 33.90.40.11, para os itens 1 e 2; 33.90.40.08, para os itens 3 e 5; e 33.90.39.48, para o item 4.

2.2 ALESC: Subação 1369 (Manutenção, serviços e equipamentos de informática) Natureza da Despesa 33.90.40.11 (Locação de softwares), para os itens 1 e 2; Subação 1369 (Manutenção, serviços e equipamentos de informática) Natureza da Despesa 33.90.40.08 (Manutenção de softwares), para os itens 3 e 5; Subação 1369 (Manutenção, serviços e equipamentos de informática) Natureza da Despesa 33.90.39.48 (Serviços de seleção e treinamento), para o item 4.

2.3 O valor total estimado para o fornecimento do objeto desta licitação é de **R\$ 5.850.791,40 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta centavos).**

SEÇÃO III - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E ESCLARECIMENTOS

3 Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico ou solicitar esclarecimento sobre seus termos, na forma eletrônica, mediante petição, a ser enviada via sistema ou pelo e-mail pregoeiro@tcsc.tc.br.

3.1 Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, receber, examinar e instruir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos e encaminhá-los para decisão do Diretor da Diretoria de Administração e Finanças (DAF) no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação ou do pedido de esclarecimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.2 Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para apresentação das propostas.

3.3 O Tribunal de Contas poderá emitir Nota de Esclarecimento, a qual será publicada nos sites www.compras.gov.br , <https://www.portaldecompras.sc.gov.br/#/> , no PNCP e, também, no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC (DOTC-e).

SEÇÃO IV - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4 Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no sistema eletrônico disponível, por meio do sítio www.compras.gov.br.

4.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão ter conhecimento acerca do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.2 Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal de Contas a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3 Os licitantes deverão acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.4 O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.5 Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem em uma das circunstâncias previstas no art. 14, da Lei 14.133/2021.

4.6 Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, para as quais deverão ser observadas as seguintes condições:

4.6.1 Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

4.6.2 Indicação da empresa líder, que será responsável pela representação do consórcio perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC e deverá atender às condições de liderança estabelecidas no Edital;

4.6.3 Apresentação por cada empresa consorciada da documentação de habilitação exigida no Edital;

4.6.4 Para efeito de qualificação técnica do consórcio, admissão do somatório dos quantitativos de cada consorciado;

4.6.5 Para fins de qualificação econômico-financeira, aceitação do somatório dos valores de cada consorciado;

4.6.5.1 Será exigido para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido para a habilitação econômico-financeira da licitante individual.

4.6.6 As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

4.6.7 Responsabilização solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

4.6.8 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo TCE/SC e está condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

4.6.9 Se a licitação for vencida por consórcio de pessoas jurídicas, deverá ser apresentado, na data de assinatura do contrato, o ato constitutivo do consórcio, devidamente registrado em Junta Comercial (Lei nº 8.934/1994, art. 32, inciso II), observadas as seguintes condições:

4.6.9.1 Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa concordância do TCE/SC;

4.6.9.2 Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em Pessoa Jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

4.6.9.3 Compromisso, e respectiva divisão do escopo, no fornecimento de cada uma das consorciadas, individualmente, do objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao faturamento dos serviços licitados;

4.6.9.4 O prazo de duração do consórcio, que deverá coincidir, no mínimo, com o prazo do Termo de Contrato a ser firmado entre as partes.

4.6.10 A empresa líder do consórcio deverá atender às seguintes condições de liderança:

4.6.10.1 Responsabilizar-se por todas as comunicações e informações do consórcio perante o TCE/SC;

4.6.10.2 Responsabilizar-se pelo contrato a ser firmado com o TCE/SC, sob os aspectos técnicos e administrativos, com poderes expressos inclusive para transferir, requerer, receber e dar quitação, tanto para fins deste Pregão, quanto na execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade de cada uma das consorciadas;

4.6.10.3 Ter poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente pelo consórcio;

4.6.10.4 Ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases deste Pregão, podendo inclusive interpor e desistir de recursos, assinar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução de seu objeto até a sua conclusão.

SEÇÃO V – DA PROPOSTA

5 O licitante interessado deverá cadastrar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de cadastramento de propostas.

5.1 O licitante deverá consignar, de forma expressa no sistema eletrônico, o **valor unitário ofertado para cada item**, em reais (R\$), com até duas casas decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, descontos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual que participarem do certame deverão declarar que atendem aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema.

5.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.6 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.7 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

5.8 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.9 Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

SEÇÃO VI – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6 O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO**, e observadas as especificações técnicas e os parâmetros definidos no Edital.

6.1 Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor para o grupo.

6.2 Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o Contratante ou firam os direitos dos demais licitantes.

SEÇÃO VII – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no Portal de Compras do Governo Federal, no sistema compras.gov.br.

7.1 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.2 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

SEÇÃO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO MODO DE DISPUTA

8 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance, vedada a identificação do licitante.

8.1 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

8.1.1 Observado o disposto acima, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.2 O intervalo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, é de no mínimo R\$ 10,00 (dez reais).

8.3 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.4 Durante a fase de lances, o agente de contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9 Nos termos da Resolução N. TC-0237/2023, a presente licitação se dará pelo modo de disputa **ABERTO**.

10 No modo de disputa **ABERTO**, a etapa de envio de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

10.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11 Na hipótese de não haver novos lances, na forma estabelecida no item 10, a etapa será encerrada automaticamente.

12 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital, para a definição das demais colocações.

13 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão utilizados os critérios definidos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, nos termos do Regulamento do TCE/SC, sendo que o primeiro critério de desempate será a reabertura para disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

14 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

15 No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sistema.

SEÇÃO IX - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

16 A obtenção dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada:

16.1 às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente com a proposta readequada (**Modelo Anexo V**);

16.2 ao item de contratação cujo valor estimado seja igual ou inferior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

17 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

I - a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

II - não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

17.1 Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o processo licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

SEÇÃO X - DA NEGOCIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA

18 Após o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

18.1 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e negociação, o agente de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à

compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

19.1 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

19.2 Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

20 Fica estabelecido o **prazo de 20 (vinte) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado e, documentos complementares solicitados, como manual técnico e documento preenchido com indicação de cumprimento dos requisitos técnicos - **Anexo III-B**.

20.1 O envio da proposta adequada ao último lance e documentos complementares deverão ser enviados preferencialmente via sistema.

20.2 Será aceito o envio para o e-mail: pregoeiro@tcsc.tc.br após o término da fase de lances, desde que dentro do prazo previsto no edital, nesse caso, o agente de contratação disponibilizará os documentos recebidos para consulta de todos os licitantes.

20.3 A prorrogação de que trata o item 20 poderá ocorrer nas seguintes situações:

- I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação; ou
- II - por ofício, a critério do agente de contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

20.4 A proposta de preços adequada ao lance vencedor ou ao valor negociado a ser encaminhada **após o término da fase de lances** deverá obrigatoriamente conter as seguintes informações:

20.4.1 Razão social e CNPJ do licitante, endereço completo, telefone, e/ou endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como o nome do proponente e de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento, a especificação do objeto, bem como o valor total e os

valores unitários, o código dos serviços de acordo com a Lei Complementar nº 116/2003 e os respectivos CNAEs (Código Nacional de Atividade Econômica).

20.4.2 Para fins de documentação complementar à proposta, juntamente com a proposta readequada, o licitante deverá demonstrar o atendimento dos requisitos técnicos previstos no **Anexo III-B**, mediante apresentação de manual técnico e preenchimento do documento, com indicação da página.

21 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, nos termos do regulamento do TCE/SC.

22 Nesse caso, o próximo licitante convocado deverá enviar a proposta adequada e demais documentos complementares, se for o caso, nos termos do item 20.

23 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

24 Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o agente de contratação verificará a documentação de habilitação do licitante.

SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO

25 Encerrada a fase de aceitabilidade da proposta, o licitante detentor da proposta classificada em 1º lugar encaminhará os documentos de habilitação exigidos no edital, preferencialmente pelo sistema ou para o e-mail pregoeiro@tcsc.tc.br, **no prazo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do Agente de Contratação no sistema.

25.1 No caso de envio de documentação por e-mail, esta será disponibilizada pelo agente de contratação para consulta de todos os licitantes.

25.1.1 O envio por e-mail somente será aceito após a solicitação do agente de contratação via sistema, uma vez que é vedada a identificação do licitante antes do término da fase de lances, sob pena de desclassificação.

26 A verificação dos documentos de habilitação somente ocorrerá após encerradas as fases de envio de lances da sessão pública e de negociação direta com o licitante detentor da melhor proposta.

27 A habilitação será verificada por meio de validação nos portais oficiais ou outro meio hábil disponível.

28 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do participante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes Cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

d) SICAF e Certificado de Cadastro de Fornecedores da Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina (CCF/SEA), se houver.

28.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

28.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

28.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

29 Para fins de habilitação neste certame, o licitante detentor da proposta classificada em 1º lugar deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

a) Contrato social consolidado ou registro de empresa individual/MEI ou certidão simplificada emitida pela junta comercial ou outro documento que comprove a existência da pessoa jurídica;

- b) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Federal com a Dívida Ativa da União, incluindo a Seguridade Social (INSS);
- e) Comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual;
- f) Comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal;
- g) Comprovante de regularidade fiscal para com o FGTS;
- h) Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) – CNDT;
- i) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedido pelo distribuidor da sede do licitante;
- j) Declaração de que a empresa não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- k) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- l) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- m) Declaração que cumpre reserva cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, podendo ser substituída pela certidão emitida no site do Ministério do Trabalho e Emprego, no site: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>.
- n) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante forneceu, implantou e/ou prestou suporte técnico à solução de PAM ofertada com no mínimo 25% do total das licenças.

29.1 Os documentos exigidos no item 29 poderão ser substituídos pela apresentação do Certificado de Cadastro de Fornecedores (CCF) expedido pela Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina ou pelo Sistema de Cadastro de Fornecedores

(SICAF), expedido pelo Portal de Compras do Governo Federal, desde que estejam expressamente citados no respectivo cadastro e dentro do prazo de validade.

29.2 As declarações exigidas neste edital poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no sistema compras.gov.br (**Relatório de Declarações**).

29.3 Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

29.4 A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da empresa licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando tiverem validade para todas as filiais e matriz.

29.5 O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante.

29.6 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.7 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

29.8 As microempresas e empresas de pequeno porte poderão sanar eventual restrição nos documentos de regularidade fiscal como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

29.8.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

29.8.1.1 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

30 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, será examinada a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no item 20.

31 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

SEÇÃO XII – DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

32 O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas e/ou dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação e/ou habilitação, mediante decisão fundamentada, observado o disposto no art. 55 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

33 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento previsto acima, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

SEÇÃO XIII – DO RECURSO

34 Caberá, nos moldes do artigo 165 e seguintes da Lei Federal n. 14.133/2021, recurso em face de:

I - julgamento das propostas;

II - ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III - anulação ou revogação da licitação.

35 Qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

35.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

36 O prazo para apresentação das razões recursais das intenções de recurso é 3 (três) dias úteis, e iniciará na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

37 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema ou para e-mail, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

38 Os demais licitantes ficarão intimados a, se desejarem, apresentar contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal, que se dará por

meio do e-mail oficial do licitante, ou de divulgação da interposição do recurso no sistema.

39 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

40 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

41 Os recursos serão dirigidos ao agente de contratação que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação ao titular da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), o qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

42 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

43 Caso o licitante não apresente as razões do recurso no prazo legal, entender-se-á como desistência da interposição do recurso.

SEÇÃO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

44 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o Agente de Contratação encaminhará o processo licitatório ao titular da Diretoria de Administração e Finanças (DAF) para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

44.1 A adjudicação do certame será por Grupo.

45 O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, disponível na internet, no endereço <https://www.tcesc.tc.br/content/dotc-e>.

SEÇÃO XV – DO REGISTRO DE PREÇOS

46 É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

47 O vencedor desta licitação será convocado após homologação e publicação do resultado para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta do **Anexo I**.

48 Além da Ata de Registro de Preços, cada órgão deverá firmar Contrato, conforme minuta do **Anexo II**, com o mesmo objeto, respeitando os valores registrados, bem como os quantitativos destinados a cada órgão.

49 A empresa adjudicatária deverá assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação pelo TCE/SC.

50 Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços e não apresentar justificativa porque não o fez, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação vigente. As regras previstas neste item não se aplicam aos licitantes remanescentes que, convocados, não aceitarem a contratação nas mesmas condições.

51 Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

52 Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora será denominada DETENTORA DA ATA, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações previstas neste edital e na proposta apresentada.

53 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, **por meio de adesão (carona)**, observados os requisitos definidos no artigo 23 do Anexo XI, da Resolução N. TC-0237/2023.

54 Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ARP, deverão consultar a unidade gerenciadora da ata, por meio de ofício a ser enviado para o e-mail daf.clic@tcsc.tc.br endereçado ao Diretor de Administração e Finanças (DAF) do TCE/SC, a quem compete verificar a possibilidade de adesão.

55 A existência do Registro de Preços não obriga o Tribunal de Contas a realizar as contratações que dele poderia advir, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento ou prestação do serviço em igualdade de condições.

56 Os preços registrados e o respectivo fornecedor serão divulgados na imprensa oficial e na página da internet do Tribunal de Contas, ficando disponível durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

57 Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações e deverá seguir as orientações previstas nos artigos 17, 18 e 19 do Anexo XI, da Resolução N. TC-0237/2023:

57.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a

execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n. 14.133, de 2021;

57.2 decorrente de criação, de alteração ou de extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

57.3 resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021.

58 O registro de preços do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quando:

58.1 descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

58.2 não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

58.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

58.4 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

59 O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, desde que devidamente comprovado e justificado:

59.1 por razão de interesse público;

59.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

59.3 a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

60 É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

SEÇÃO XVI – DO CONTRATO

61 Após o registro de preço, o licitante vencedor será convocado para assinar os contratos (órgão gerenciador e participante), conforme minuta do **Anexo II**, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

61.1 O prazo para firmar o contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

61.2 Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de

classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

61.3 Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

61.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

61.5 A regra acima não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados, na forma do inciso I do subitem 61.3.

SEÇÃO XVII – DAS SANÇÕES

62 O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, mediante apuração prevista em regular processo administrativo.

SEÇÃO XVIII – DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

63 A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

63.1 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

63.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

63.3 Na hipótese da ilegalidade, de que trata o item 63, ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei n. 14.133, de 2021.

SEÇÃO XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

64 Cópia deste ato convocatório poderá ser obtida no site www.compras.gov.br, Código UASG 925395, número da licitação 90041/2026, no site <https://www.portaldecompras.sc.gov.br/#/>, Órgão: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, **Pregão Eletrônico nº 041/2026**, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) ou solicitado através dos e-mails pregoeiro@tcsc.tc.br ou daf.clic@tcsc.tc.br, de segunda a sexta-feira, no horário das 13:00 às 19:00 horas.

65 O licitante vencedor se compromete a seguir a Política de Segurança da Informação, das Comunicações, da Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Contas de Santa Catarina e as orientações formuladas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados (CGSIPD), instituído pela Portaria n. TC-149/2020 (e suas alterações).

66 O licitante vencedor se compromete a atuar em conformidade com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), sobretudo quando, em decorrência do objeto contratado, se enquadrar como operador de dados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

67 A rigor do que dispõem a Lei Federal n. 12.527/2011, a Lei Federal n. 14.133/2021 e a Lei Complementar n. 101/2000, as licitantes ficam cientes de que todo o processo administrativo licitatório é público, bem como a fase externa da licitação, com as exceções resguardadas pelo sigilo legal. Desta forma, os documentos que instruem o processo licitatório devem atender ao princípio da publicidade previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal e do art. 5º da Lei n. 14.133/2021.

SEÇÃO XX – DOS ANEXOS

68 Fazem parte integrante deste Edital:

- a) Anexo I – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- b) Anexo I-A – Anexo à Minuta da ARP;
- c) Anexo II – Minuta de Contrato;
- d) Anexo III – Termo de Referência;
- e) Anexo III-A – Detalhamento das Especificações Técnicas;

- f) Anexo III-B – Indicação de Cumprimento dos requisitos técnicos;
- g) Anexo IV – Modelo de Declarações de Habilitação;
- h) Anexo V – Modelo Declaração ME/EPP;
- i) Anexo VI – Modelo de Declaração Optante pelo Simples Nacional (assinatura do Contrato, se for o caso).

Florianópolis, 26 de junho de 2026.

André Diniz dos Santos
Diretor de Administração e Finanças em exercício

ANEXO I - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, O ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do **Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**, com sede na Rua Bulcão Viana, nº 90, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88020-160, inscrito no CNPJ sob n.º 83.279.448/0001-13, neste ato representado pelo seu Diretor de Administração e Finanças, Sr. Raul Fernando Fernandes Teixeira, CPF nº 572.***.***-91, e a empresa, com sede na Rua, inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo(a) Sr(a)., CPF nº ..., acordam proceder, nos termos do processo administrativo 23.0.000005127-6 referente ao Pregão Eletrônico nº 041/2026, sujeito às Leis nº 14.133/2021 e à Resolução N. TC-0237/2023 dentre os demais normativos vigentes e ao respectivo edital, conforme as disposições a seguir:

1. OBJETO

A presente Ata tem por objeto a contratação compartilhada, por meio de sistema de registro de preços, de solução para gestão de acessos privilegiados e senhas de aplicações com suporte e treinamento, para o Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC, e para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC, conforme discriminado a seguir.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, ENTREGA E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

[Relacionar objeto e valores ...]

2.2. O valor total estimado da presente Ata de Registro de Preços – ARP é de R\$ __, __ (_____), sendo os respectivos valores para o órgão gerenciador e participante:

- a) **Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC: R\$ XXXX (...).**
- b) **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC: R\$ XXXXX (...).**

2.3. As despesas decorrentes da presente ARP correrão por conta da dotação orçamentária

- a) TCE/SC Funcional Programática: 01.126.0935.0154, Projeto/Atividade: 001882, Fonte: 1.500.100.000, Classificação Econômica: 33.90.40.11, para os itens 1 e 2; 33.90.40.08, para os itens 3 e 5; e 33.90.39.48, para o item 4.
- b) ALESC – Subação 1369 (Manutenção, serviços e equipamentos de informática), Natureza da Despesa 33.90.40.11 (Locação de softwares), para os itens 1 e 2;

33.90.40.08 (Manutenção de softwares), para os itens 3 e 5; e 33.90.39.48 (Serviços de seleção e treinamento), para o item 4.

3. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações e deverá seguir as orientações previstas nos artigos 17, 18 e 19 do Anexo XI, da Resolução N. TC-0237/2023:

3.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n. 14.133, de 2021;

3.1.2. decorrente de criação, de alteração ou de extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

3.1.3. resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021.

4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preços do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quando:

4.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

4.1.2. não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

4.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, desde que devidamente comprovado e justificado:

4.2.1. por razão de interesse público;

4.2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

4.2.3. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 1 (um) ano, a contar da data da última assinatura digital.

5.2. O contrato decorrente da ARP terá vigência de 60 (sessenta) meses, podendo, ainda, ser alterado e/ou prorrogado em conformidade com os artigos 124, 125 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

5.3. A partir da Ata de Registro de Preços firmada pelo Órgão Gerenciador, cada órgão deverá firmar o Contrato com seus respectivos quantitativos e dotações orçamentárias, cuja minuta consta no **Anexo II** do Edital, e será responsável pela gestão contratual.

5.4. A partir da assinatura de contrato entre as partes, passarão a vigor as condições nele estabelecidas.

5.5. O gestor desta ARP é o titular da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e o fiscal é o titular da Coordenadoria de Infraestrutura e Redes (DTI/COIN), cabendo à Detentora da ARP indicar preposto para representá-la.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado através do Banco do Brasil SA, agência 3582-3, Florianópolis/SC, até o quinto dia útil após o recebimento e aceite do objeto pelo fiscal e a consequente liquidação da despesa pelo gestor da Ata.

6.2. O pagamento será preferencialmente realizado através de crédito em conta corrente no Banco do Brasil. O credor que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições financeiras, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação. (Conforme Decreto 1.073/2017).

6.3. O pagamento ocorrerá mediante transferência bancária para o Banco, agência, conta corrente, ou outra a ser indicada pela CONTRATADA, ou por meio de boleto com código de barras.

6.4. Fica o TCE/SC autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

6.5. O documento fiscal a ser emitido deverá conter as seguintes informações:

6.5.1. Código de atividade econômica – CNAE;

6.5.2. Dados Bancários.

6.6. Caso a Detentora da ARP seja optante pelo Simples Nacional deverá comprovar o seu enquadramento (modelo declaração **Anexo VI** do edital).

6.7. Caso a Detentora da ARP não seja optante pelo Simples Nacional DEVERÁ DESTACAR, na nota fiscal, o Imposto de Renda a ser retido conforme a alíquota referente ao seu ramo de atuação nos termos da IN RFB 1234/2012 e do Manual Técnico do Imposto de Renda Retido na Fonte – Pessoa Jurídica, aprovado pela Portaria nº 163/GABS/SEF de 24/05/2023.

6.8. O pagamento poderá ser susinado pelo órgão, quando o fornecimento e/ou os serviços não estiverem de acordo com o estipulado ou por inadimplemento de qualquer Cláusula do Edital e desta Ata.

7. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

7.1. O órgão gerenciador é o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC é órgão participante, constando no Termo de Referência (Anexo III do edital) suas respectivas quantidades.

8. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ARP firmada poderá ser utilizada, por meio de adesão (carona), por qualquer outro órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, desde que atendidos os requisitos definidos no artigo 23 do Anexo XI da Resolução N. TC 0237/2023.

8.2. Os órgãos e as entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ARP, deverão consultar a Diretoria Administração e Finanças (DAF), para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

8.3. As aquisições ou as contratações adicionais, por órgão ou entidade não participante, não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos no instrumento convocatório e registrados na ARP para o órgão gerenciador e para os demais órgãos participantes.

8.4. Os quantitativos decorrentes das adesões à ARP não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas na ARP, mas não obrigará o Tribunal de Contas a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

9.2. Os preços registrados e o respectivo fornecedor serão divulgados na imprensa oficial e na página da internet do Tribunal de Contas, ficando disponível durante a vigência da ARP.

9.3. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

9.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta ARP, se houver.

9.4.1. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o caput somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, observadas as disposições previstas em Lei.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (DAF)
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES (CLIC)
PROCESSO SEI 23.0.000005127-6

Florianópolis, data da assinatura digital.

Signatários:

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS

DETENTORA DA ATA

ANEXO I-A – ANEXO À MINUTA DA ARP

MINUTA CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue a relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao licitante vencedor, nos termos do instrumento convocatório.

Fornecedor (razão social, CNPJ, endereço, contatos e representante).						
Fornecedor (razão social, CNPJ, endereço, contatos e representante).						
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
x	x	xxx	0	0	0	0
	x	xxx	0	0	0	0
	x	xxx	0	0	0	0
VALOR TOTAL PARA O GRUPO						0

Seguindo a ordem de classificação, seguem a relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ, endereço, contatos e representante).
Fornecedor (razão social, CNPJ, endereço, contatos e representante).

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

[ÓRGÃO CONTRATANTE] neste ato representado pelo seu Diretor , Sr(a). XXXXXX, CPF nº, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa, com sede na Rua, inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo(a) Sr(a)., CPF nº ..., a seguir denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 041/2026 e seus anexos, bem como à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA à Lei nº 14.133/2021, Resolução N. TC-0237/2023 do TCE/SC e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O contrato será executado pelo **regime de execução de preços unitários**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem como contratação de solução para gestão de acessos privilegiados e senhas de aplicações com suporte e treinamento, para o ... [ÓRGÃO CONTRATANTE]

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária [DETALHAR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA]

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

Pelo objeto fornecido, o contratante pagará a contratada o valor total estimado de R\$ (.....), conforme segue:

GRUPO 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

1	Solução para gerenciamento de acesso privilegiado (Privileged Access Management - PAM) licenciamento com serviço de instalação, configuração e treinamento para 60 meses	50 usuários		
2	Solução de acesso remoto privilegiado	10 ou 25 usuários		
3	Implementação	1 Serviço		
4	Treinamento	5 pessoas		
5	Suporte	60 meses		
VALOR TOTAL ESTIMADO				

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O valor do contrato poderá ser reajustado, por meio de apostilamento, a cada 12 (doze) meses, sendo a data-base 24/04/2026.

§ 1º O reajuste será calculado pela variação acumulada do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ou outro índice que venha a substituí-lo, no período de 12 (doze) meses.

§ 2º O contrato poderá sofrer restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro sempre que se fizer necessária a recomposição dos preços em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

§ 3º O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser solicitado pela parte interessada e devidamente comprovado, devendo ser operado por meio de realização de termo aditivo ao contrato.

§ 4º O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência contratual, antes da realização de eventual prorrogação, sob pena de preclusão para ambas as partes.

§ 5º O prazo para responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, é de até 30 (trinta) dias corridos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, a contar da última assinatura digital, e poderá ser prorrogado por até 10 anos de acordo com o disposto no art. 107 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo único. O objeto deverá ser fornecido no prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir emissão da ordem de serviço, prorrogável por igual período, a critério da administração pública.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado através do Banco do Brasil SA, agência 3582-3, Florianópolis, SC, até o quinto dia útil após o recebimento e aceite do objeto contratual pelo fiscal do contrato, e a consequente liquidação da despesa pelo gestor do contrato.

§ 1º O pagamento será preferencialmente realizado através de crédito em conta corrente no Banco do Brasil. O credor que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições financeiras, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação. (Conforme Decreto 1.073/2017).

§ 2º O pagamento ocorrerá mediante transferência bancária para o Banco, agência, conta corrente, ou outra a ser indicada pela Contratada, ou por meio de boleto com código de barras.

§ 3º Fica o contratante autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 4º O pagamento poderá ser susado pelo contratante por inadimplemento de qualquer cláusula do contrato.

§ 5º O documento fiscal a ser emitido deverá conter as seguintes informações:

I. Código de atividade econômica – CNAE;

II. Dados Bancários.

§ 6º A CONTRATADA deverá apresentar junto à nota fiscal, as certidões negativas de débito exigidas no edital para fins de habilitação. Constatada eventual irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária por parte da CONTRATADA, o processo administrativo de liquidação de despesa dependerá da autorização do ordenador de despesas responsável.

§ 7º Caso a CONTRATADA não seja optante pelo Simples Nacional DEVERÁ DESTACAR, na nota fiscal, o Imposto de Renda a ser retido conforme a alíquota referente ao seu ramo de atuação nos termos da IN RFB 1234/2012 e do Manual Técnico do Imposto de Renda Retido na Fonte – Pessoa Jurídica, aprovado pela Portaria nº 163/GABS/SEF de 24/05/2023.

CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato e tendo a contratada, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

O contratante reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

- a) Modificar, unilateralmente, o contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da contratada;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada poderá ser responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa a inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo único. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo da obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública:

- a) advertência, pela prática da infração prevista na alínea "a" do *caput* desta Cláusula, quando não couber penalidade mais gravosa;
- b) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, pela prática das infrações previstas nas alíneas "b" a "f" do *caput* desta Cláusula, quando não couber penalidade mais gravosa;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pela prática das infrações previstas nas alíneas "g" a "k" do *caput* desta Cláusula;
- d) multa, no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, pela prática de qualquer das infrações previstas nas alíneas "a" a "k" do *caput* desta Cláusula, podendo ser cumulada com as demais sanções previstas neste parágrafo, conforme as circunstâncias do caso concreto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Proporcionar os recursos técnicos e físicos necessários que lhe couberem para que a CONTRATADA possa fornecer o objeto conforme as especificações detalhadas no edital.
- b) Permitir acesso dos profissionais da CONTRATADA às suas dependências, equipamentos, softwares e sistemas de informação para a execução dos serviços e aos locais necessários à instalação e cumprimento do objeto do Contrato.
- c) Prestar, por escrito, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados formalmente pela CONTRATADA durante o prazo de vigência do contrato.

- d) Levar ao conhecimento da CONTRATADA, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- e) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- f) Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com as especificações técnicas.
- g) Emitir o Termo de Recebimento Provisório e Definitivo.
- h) Efetuar o pagamento na forma estipulada no Contrato.

II. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação.
- b) Fornecer o objeto em conformidade com as especificações, prazo e local definidos neste Contrato e no termo de referência.
- c) Avaliar, discutir e deliberar previamente com o CONTRATANTE a sequência dos trabalhos a serem desenvolvidos, bem como qualquer alteração que se torne necessária.
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste projeto em que se verificar vício, defeito ou incorreção, desde que esses não tenham sido ocasionados pelo CONTRATANTE.
- e) Arcar com as despesas decorrentes dos deslocamentos de seus técnicos, quando relacionados com a execução do futuro contrato.
- f) Responsabilizar-se pelos atos cometidos por seus funcionários na execução do contrato que possam causar danos ao CONTRATANTE e a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, obrigando-se a reparar os danos causados.
- g) Assegurar que as informações de propriedade do CONTRATANTE não sejam divulgadas ou distribuídas por seus empregados ou agentes.
- h) Em decorrência das particularidades do objeto desta licitação e do mercado, será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que a Administração seja previamente notificada das parcelas e quantitativos que serão executados pela subcontratada, recaiando exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade integral

pelas obrigações constantes no edital e seus anexos e demais obrigações decorrentes da subcontratação.

- i) A CONTRATADA assume, plenamente e exclusivamente, todos os riscos provenientes da execução do objeto contratual, não assumindo o CONTRATANTE, em hipótese alguma, nenhuma responsabilidade subsidiariamente.
- j) A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.
- k) A não observância das obrigações elencadas e de outras firmadas em contrato ou existentes em normas internas do CONTRATANTE sujeita a CONTRATADA às sanções administrativas.
- l) Sob nenhuma hipótese, contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a execução dos serviços licitados.
- m) O preço deverá abranger todos os impostos, taxas, fretes, licenças de uso, e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicado, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.
- n) Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser extinto, por ato unilateral da Administração ou consensualmente, com fundamento no artigo 137 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.

Parágrafo único. A CONTRATADA terá direito à rescisão nas hipóteses previstas no § 2º do artigo 137, da Lei n. 14.133/2021, respeitadas as situações previstas no § 3º do artigo 137.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DAS COMUNICAÇÕES, DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

A CONTRATADA compromete-se a seguir a Política de Segurança da Informação, das Comunicações, da Privacidade e Proteção de Dados do CONTRATANTE.

§ 1º Em relação aos dados pessoais tratados e processados na prestação do serviço e/ou fornecimento objeto deste Edital, a CONTRATADA obriga-se a observar e cumprir com

as obrigações contidas na Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

§ 2º A Contratada se certificará que seus empregados, representantes e prepostos agirão de acordo com o instrumento convocatório, este contrato, as leis de proteção de dados e as instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO

A Contratada declara, sob as penas da lei e para todos os fins deste contrato e do processo licitatório, que:

- a) Não praticou e não praticará nenhum ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013 e demais legislações anticorrupção vigentes.
- b) Não solicitou, exigiu, cobrou, obteve ou obterá, para si ou para outrem, vantagem indevida ou promessa de vantagem indevida, a pretexto de influir em ato praticado por agente público ou privado. Declara ainda que nenhum favorecimento, taxa, dinheiro ou qualquer outro objeto de valor foi ou será pago, oferecido, doado ou prometido por qualquer de seus agentes, empregados, prepostos ou representantes, direta ou indiretamente.
- c) Não financiou, custeou, patrocinou ou de qualquer modo subvencionou, nem financiará, custeará, patrocinará ou subvencionará a prática de atos ilícitos previstos na legislação vigente
- d) Não utilizou e não utilizará interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- e) Não frustrou, fraudou ou fraudará, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame, nem impediu, perturbou ou fraudará a realização de qualquer ato do processo de licitação e contratação, nem afastou ou procurou afastar qualquer licitante do certame, por meio de fraude ou vantagem indevida de qualquer tipo.
- f) Não fraudou e não fraudará o contrato, nem criou ou criará, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar da licitação pública ou contrato administrativo.
- g) Não obteve e não obterá vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações a serem eventualmente realizadas no contrato, nem manipulará ou fraudará o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato.

Parágrafo único. O descumprimento desta cláusula pela CONTRATADA, seus colaboradores, empregados ou dirigentes, ressalvadas as demais hipóteses de rescisão previstas em lei ou neste instrumento, conferirá à CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato imediatamente, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM O CÓDIGO DE ÉTICA E COM A POLÍTICA DE PREVENÇÃO AO ASSÉDIO

A CONTRATADA declara ter plena ciência do Código de Ética e Conduta dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), aprovado pela Resolução N. TC-252/2024, bem como da Política de Prevenção e de Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, aprovada por meio da Resolução N.TC-254/2024, e compromete-se a observar os princípios e normas de conduta dispostos nos referidos instrumentos durante toda a vigência deste contrato, quando aplicável.

§ 1º O descumprimento de qualquer dispositivo previsto no Código e na Política poderá ser considerado falta grave e ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

§ 2º A CONTRATADA reconhece que a observância dos princípios éticos e das normas de conduta previstas no Código e na Política é fundamental para a manutenção de um ambiente íntegro, transparente e respeitoso, contribuindo para a boa execução do objeto contratual e para a imagem do TCE/SC.

§ 3º Em caso de dúvidas sobre a interpretação ou aplicação dos referidos instrumentos, a CONTRATADA deverá buscar esclarecimentos junto ao Gestor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

O representante do contratante, para os fins deste contrato, é o [DEFINIR], o gestor do contrato é o (DEFINIR) e o fiscal o [DEFINIR], cabendo à CONTRATADA indicar preposto para representá-la, no caso de o seu preposto divergir do representante legal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Florianópolis, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinente à execução presente contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente contrato digitalmente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (DAF)
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES (CLIC)
PROCESSO SEI 23.0.000005127-6

Florianópolis, data da última assinatura digital.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação compartilhada, por meio de sistema de registro de preços, de solução para gestão de acessos privilegiados e senhas de aplicações com suporte e treinamento para o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC e para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, de acordo com as especificações, quantitativos e condições, bem como preços máximos relacionados neste Termo de Referência.

1.2. O objeto especificado nesse termo de referência tem natureza comum e poderá ser licitado por meio de pregão eletrônico, haja vista possuir padrões de desempenho e qualidade que objetivamente definidos por este edital, mediante especificações usuais de mercado, nos termos do art. 29, da Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Desde sua criação, o TCE/SC tem envidado esforços no sentido de aprimorar continuamente sua capacidade institucional de resposta e fiscalização, cabendo à Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) a responsabilidade pela manutenção da integridade, disponibilidade e confidencialidade dos ativos tecnológicos da instituição. Nesse contexto, é essencial que os acessos privilegiados aos ambientes computacionais sejam rigorosamente controlados, auditáveis e protegidos contra usos indevidos, garantindo a segurança e a conformidade das operações de TI.

2.2. Considerando o papel estratégico desempenhado pelo TCE/SC no fortalecimento da transparência pública e no exercício do controle externo, torna-se imprescindível o emprego de mecanismos avançados de segurança que assegurem a proteção das credenciais e chaves de acesso a sistemas críticos. A adoção de uma solução de Privileged Access Management (PAM) e Secrets Manager visa mitigar riscos relacionados a acessos privilegiados não controlados, bem como reduzir a exposição de senhas e segredos armazenados de forma inadequada, promovendo maior segurança e governança no ambiente tecnológico.

2.3. Com o aumento expressivo do número de sistemas corporativos, a diversificação das plataformas tecnológicas e a ampliação do quadro de servidores e prestadores de serviço com acesso a ambientes sensíveis, cresce proporcionalmente o desafio de administrar e monitorar credenciais de acesso privilegiado. A ausência de um controle centralizado e automatizado eleva significativamente os riscos de vazamento de informações, acessos indevidos e comprometimento da infraestrutura crítica. Dessa forma, a implantação de uma solução de gestão de senhas torna-se essencial para garantir rastreabilidade, segregação de funções e autenticação segura.

2.4. A aquisição dessa solução tem como objetivo prover ao TCE/SC uma plataforma robusta e integrada para o gerenciamento de credenciais e segredos corporativos, assegurando que apenas usuários e sistemas devidamente autorizados possam acessar recursos sensíveis de forma controlada e auditável. Além de reforçar a conformidade com normas e boas práticas de segurança da informação, como as recomendações da ISO/IEC 27001 e as diretrizes da LGPD, a solução permitirá à DTI elevar o nível de maturidade em segurança cibernética, reduzindo vulnerabilidades e fortalecendo a resiliência tecnológica da instituição.

3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

3.1. Com a contratação espera-se que o TCE/SC obtenha:

3.1.1. Aumento significativo no nível de segurança da informação, por meio do controle centralizado, monitoramento e auditoria de acessos privilegiados aos sistemas e infraestruturas críticas;

3.1.2. Redução de riscos de vazamento de credenciais e exposição de segredos institucionais, através da automatização da rotação de senhas, gestão segura de chaves e eliminação do compartilhamento manual de credenciais;

3.1.3. Melhoria na governança e conformidade com políticas de segurança, possibilitando a rastreabilidade completa das ações de usuários privilegiados e o atendimento a normas e boas práticas, como a ISO/IEC 27001 e diretrizes da LGPD;

3.1.4. Otimização dos processos de administração e suporte técnico, com a simplificação do gerenciamento de acessos, redução de incidentes de segurança e maior agilidade na resposta a auditorias e demandas de controle interno;

3.1.5. Fortalecimento da resiliência tecnológica institucional, garantindo que o ambiente de TI permaneça protegido contra ameaças internas e externas, contribuindo para a continuidade segura das operações e serviços prestados à sociedade.

4. DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1. Serão contratados os serviços conforme quantitativos a seguir:

GRUPO 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. TCE/SC	QTD. ALESC	QTD. TOTAL
1	Solução para gerenciamento de acesso privilegiado (Privileged Access Management - PAM) licenciamento com serviço de instalação, configuração e treinamento para 60 meses	50 usuários	50 usuários	100 usuários

2	Solução de acesso remoto privilegiado	10 usuários	25 usuários	35 usuários
3	Implementação	1 Serviço	1 Serviço	2 Serviços
4	Treinamento	5 pessoas	5 pessoas	10 pessoas
5	Suporte	60 meses	60 meses	120 meses

4.2. As especificações detalhadas do objeto deste Termo de Referência podem ser encontradas no “ANEXO III-A - DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS”.

5. PLANILHA DE VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS ESTIMADOS, E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

5.1. Os valores máximos unitários aceitos e máximos totais estimados para as contratações são os demonstrados a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. TCE/SC	QTD. ALESC	QTD. TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL TCE/SC (R\$)	VALOR TOTAL ALESC (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Solução para gerenciamento de acesso privilegiado (Privileged Access Management - PAM) licenciamento com serviço de instalação, configuração e treinamento para 60 meses	50 usuários	50 usuários	100 usuários	42.042,50	2.102.125,00	2.102.125,00	4.204.250,00
2	Solução de acesso remoto privilegiado	10 usuários	25 usuários	35 usuários	8.741,66	87.416,60	218.541,50	305.958,10
3	Implementação	1 Serviço	1 Serviço	2 Serviços	103.625,00	103.625,00	103.625,00	207.250,00
4	Treinamento	5 pessoas	5 pessoas	10 pessoas	5.333,33	26.666,65	26.666,65	53.333,30
5	Suporte	60 meses	60 meses	120 meses	9.000,00	540.000,00	540.000,00	1.080.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO						2.859.833,25	2.990.958,15	
VALOR TOTAL ESTIMADO								5.850.791,40

5.2. O valor total estimado para fornecimento do objeto desta licitação é de R\$ 5.850.791,40 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta centavos.).

5.2.1. O valor total estimado para o TCE/SC é R\$ 2.859.833,25 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos).

5.2.2. O valor total estimado para a ALESC é R\$ 2.990.958,15 (dois milhões, novecentos e noventa mil, novecentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos).

5.3. No TCE/SC, as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária Funcional: 01.126.0935.0154, Projeto/Atividade: 001882, Fonte: 1.500.100.000 e das seguintes Classificações Econômicas:

5.3.1. Para os itens 1 e 2 - Classificação Econômica: 33.90.40.11.

5.3.2. Para os itens 3 e 5 - Classificação Econômica: 33.90.40.08.

5.3.3. Para o item 4 - Classificação Econômica: 33.90.39.48.

5.4. Na ALESC as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

5.4.1. Itens 1 e 2 - Subação 1369 (Manutenção, serviços e equipamentos de informática), Natureza da Despesa 33.90.40.11 (Locação de softwares).

5.4.2. Itens 3 e 5 - Subação 1369 (Manutenção, serviços e equipamentos de informática), Natureza da Despesa 33.90.40.08 (Manutenção de softwares).

5.4.3. Item 4 - Subação 1369 (Manutenção, serviços e equipamentos de informática), Natureza da Despesa 33.90.39.48 (Serviços de seleção e treinamento).

6. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

6.1. O Fornecimento do objeto, bem como, sua implantação, deverão ocorrer em até noventa (90) dias, contados a partir emissão da ordem de serviço, prorrogável por igual período, a critério da Administração pública.

6.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da última assinatura e será firmada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, na condição de órgão gerenciador, na hipótese de participação de outros órgãos públicos na contratação.

6.3. O contrato deverá ser firmado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços e terá duração de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Os produtos/serviços serão recebidos:

6.4.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

6.4.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 (quinze) dias do recebimento provisório.

6.4.3. Os produtos/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo serem substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento dos itens 1, 2 e 3 serão realizados até o quinto dia útil após a implantação da solução e recebimento definitivo das licenças pelo gestor e pelo fiscal do Contrato.

7.2. O pagamento do item 4 será realizado até o quinto dia útil após a execução dos treinamentos, e a validação pelo fiscal do Contrato.

7.3. O pagamento do item 5 será realizado mensalmente até o quinto dia útil após a validação da prestação do serviço de suporte pelo fiscal do Contrato.

8. REAJUSTE

8.1. Os preços poderão ser reajustados anualmente, pela variação acumulada do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no período de 12 (doze) meses. Na eventualidade de extinção do ICTI, será adotado o índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência deste, outro índice que reflita a variação dos custos no setor de tecnologia da informação, conforme acordado entre as partes.

8.2. A data-base para o cálculo de reajuste é o dia 24/04/2026, em conformidade com o art. 92, § 3º, da Lei 14.133/2021.

8.3. As demais condições de reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro encontram-se previstas na minuta do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato.

- 9.2. Fornecer os objetos em conformidade com este termo de referência e nas condições estabelecidas em contrato.
- 9.3. Avaliar, discutir e deliberar previamente com o TCE/SC a sequência dos trabalhos a serem desenvolvidos, bem como qualquer alteração que se torne necessária.
- 9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste projeto em que se verificar vício, defeito ou incorreção, desde que esses não tenham sido ocasionados pelo CONTRATANTE.
- 9.5. Arcar com as despesas decorrentes dos deslocamentos de seus técnicos, quando relacionados com a execução do futuro contrato.
- 9.6. Responsabilizar-se pelos atos cometidos por seus funcionários na execução do contrato que possam causar danos ao TCE/SC e a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, obrigando-se a reparar os danos causados.
- 9.7. Assegurar que as informações de propriedade do CONTRATANTE não sejam divulgadas ou distribuídas por seus empregados ou agentes.
- 9.8. Em decorrência das particularidades do objeto desta licitação e do mercado, será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que a Administração seja previamente notificada das parcelas e quantitativos que serão executados pela subcontratada, recaiando exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade integral pelas obrigações constantes no edital e seus anexos e demais obrigações decorrentes da subcontratação.
- 9.9. A CONTRATADA assume, plenamente e exclusivamente, todos os riscos provenientes da execução do objeto contratual, não assumindo o CONTRATANTE, em hipótese alguma, nenhuma responsabilidade subsidiariamente.
- 9.10. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.11. A não observância das obrigações elencadas e de outras firmadas em contrato ou existentes em normas internas do TCE/SC sujeita a CONTRATADA às sanções administrativas.
- 9.12. Sob nenhuma hipótese, contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do TCE/SC durante a execução dos serviços licitados.
- 9.13. O preço deverá abranger todos os impostos, taxas, fretes, licenças de uso, e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicado, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

9.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Proporcionar os recursos técnicos e físicos necessários que lhe couberem para que a empresa CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações detalhadas no edital.

10.2. Permitir acesso dos profissionais da CONTRATADA às suas dependências, equipamentos, softwares e sistemas de informação para a execução dos serviços e aos locais necessários à instalação e cumprimento do objeto do Contrato.

10.3. Prestar, por escrito, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados formalmente pela CONTRATADA durante o prazo de vigência do contrato.

10.4. Levar ao conhecimento da CONTRATADA, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.6. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com as especificações técnicas.

10.7. Emitir o Termo de Recebimento Provisório e Definitivo.

10.8. Efetuar o pagamento na forma estipulada no Contrato.

11. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

11.1. No TCE/SC, a gestão e fiscalização do Contrato deverá seguir as diretrizes do Anexo IX da Resolução TC Nº 237/2023.

11.1.1. O gestor do futuro Contrato será o titular da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e o fiscal será o titular da Coordenadoria de Infraestrutura e Redes (DTI/COIN).

11.2. Na ALESC, a forma de gestão e fiscalização do Contrato será estabelecida no Contrato, bem como a definição do gestor e fiscal responsável.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a licitante que:

12.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à licitante que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa, conforme tabela a seguir:

Tipo	Correspondência	Evento
Moratória	1% (um por cento) ao dia, até o limite de 30% (trinta por cento), do valor total do contrato.	Atraso injustificado na entrega dos produtos ou na execução dos serviços.
Moratória	1% (um por cento), até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.	Atraso injustificado na apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
Compensatória	5% (cinco por cento) do valor total do contrato.	Infração descrita no item 10.1.1.
Compensatória	10% (dez por cento) do valor total do contrato.	Infração descrita no item 10.1.2.
Compensatória	20% (vinte por cento) do valor total do contrato.	Infração descrita no item 10.1.3.
Compensatória	10% (dez por cento) do valor da proposta.	Infrações descritas nas alíneas 10.1.4, 10.1.5 e 10.1.6 do subitem anterior.
Compensatória	5% (cinco por cento) do valor do contrato.	Infração descrita na alínea 10.1.7 do subitem anterior.
Compensatória	20% (vinte por cento) do valor total do contrato ou do valor estimado da contratação, quando for o caso.	Infrações descritas nos itens 10.1.8 a 10.1.12 do subitem anterior.

13. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÕES, PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. A CONTRATADA deverá se comprometer a seguir a Política de Segurança da Informação, das Comunicações, da Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Contas de Santa Catarina e as orientações formuladas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados (CGSIPD), instituído pela Portaria n. TC-149/2020 (e suas alterações).

13.2. Em relação ao sigilo das comunicações e dos dados coletados e processados na prestação do serviço, a CONTRATADA deverá estar em conformidade Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

14. CONFIDENCIALIDADE

14.1. A CONTRATADA deverá zelar pelo sigilo de quaisquer informações referentes à estrutura, sistemas, usuários, contribuintes, topologia, e ao modo de funcionamento e tratamento das informações do CONTRATANTE, durante e após fim do contrato, salvo se houver autorização expressa do CONTRATANTE para divulgação.

15. JULGAMENTO DA PROPOSTA - APRESENTAÇÃO DO MANUAL DA SOLUÇÃO E INDICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS TÉCNICOS (ANEXO III-B)

15.1. O licitante melhor classificado na fase de lances deverá demonstrar o atendimento dos requisitos técnicos previstos no ANEXO III-B, mediante apresentação de manual técnico e preenchimento do documento, com indicação da página.

15.2. O envio do ANEXO III-B preenchido deverá ser encaminhado juntamente com a proposta readequada e documentos de habilitação (pelo sistema) ou para o e-mail pregoeiro@tcsc.tc.br após a fase de lances.

16. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. Será sagrado o vencedor do certame o licitante que apresentar o menor preço para o grupo e atenda as especificações técnicas do objeto, desde que respeitadas as exigências de habilitação.

16.2. O licitante deverá apresentar, juntamente com a **proposta** readequada: Declaração informando que os serviços de implantação, configuração, operação assistida e suporte da solução de PAM serão executados por profissionais devidamente qualificados, possuidores de certificação oficial do fabricante da solução ofertada, em nível compatível ou superior ao exigido para a operação da solução e atendimento aos SLAs.

16.3. Para fins de **qualificação técnica**, deverá ser apresentado: Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante forneceu, implantou e/ou prestou suporte técnico à solução de PAM ofertada com no mínimo 25% das licenças do total.

17. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

17.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Diretoria de Tecnologia de Informação (DTI), estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência do TCE/SC, e passará a integrar o processo administrativo formalizado visando à instauração do certame licitatório.

ANEXO III-A - DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Serão contratados os itens/serviços conforme quantitativos e especificações a seguir:

GRUPO 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. TCE/SC	QTD. ALESC	QTD. TOTAL
1	Solução para gerenciamento de acesso privilegiado (Privileged Access Management - PAM) licenciamento com serviço de instalação, configuração e treinamento para 60 meses	50 usuários	50 usuários	100 usuários
2	Solução de acesso remoto privilegiado	10 usuários	25 usuários	35 usuários
3	Implementação	1 Serviço	1 Serviço	2 Serviços
4	Treinamento	5 pessoas	5 pessoas	10 pessoas
5	Suporte	60 meses	60 meses	120 meses

A contratação será dividida do seguinte modo, sendo cada órgão responsável por pagar sua parte:

- Item 1: Cinquenta unidades para o TCE/SC e cinquenta unidades para ALESC;
- Item 2: Dez unidades para o TCE/SC e vinte e cinco unidades para ALESC;
- Item 3: Uma unidade para o TCE/SC e uma unidade para ALESC;
- Item 4: Cinco unidades para o TCE/SC e cinco unidades para ALESC;
- Item 5: Sessenta unidades para o TCE/SC e sessenta unidades para ALESC;

1. DESCRIÇÃO DO ITEM 1:

1.1. Características Gerais

1.1.1. Contratação de solução de gestão de contas privilegiadas, para 60 meses, incluindo serviço técnico especializado.

1.1.2. A solução poderá ser ofertada na modalidade SaaS ou Local, respeitando os seguintes:

1.1.2.1. Se a solução de PAM for fornecida na modalidade Software-as-a-Service (SaaS), incluindo a infraestrutura de hospedagem em nuvem, licenciamento de software por subscrição com atualização de versões e suporte técnico do fabricante 24x7x365 durante todo o período de vigência desta contratação.

1.1.2.1.1. Deverá possuir garantia de nível de serviço de no mínimo 99,9%.

1.1.2.1.2. A solução deverá ser ofertada com conector local redundante garantido que em caso de queda de conexão com a nuvem os acessos continuem normalmente de forma transparente para todos os componentes.

1.1.2.1.2.1. A sincronização de dados entre os componentes da solução será realizada de forma automática e em tempo real, para que caso os componentes de um site fiquem indisponíveis, os componentes do outro site assumam todos os serviços sem perda de dados e sem queda da performance.

1.1.2.1.2.2. Somente serão permitidas conexões no sentido do TCE/SC para a nuvem do fabricante e não o contrário.

1.1.2.2. Se a solução for fornecida na modalidade Local deverá ser fornecida a(as) licença(s) da solução, bem como itens adicionais para o funcionamento da mesma como licenciamento de banco de dados (se necessário) ou RDS Windows e licenças de alta disponibilidade ativo/ativo.

1.1.3. Para fins de licenciamento da solução, segue abaixo os quantitativos do TCE/SC, bem como número de usuários:

1.1.3.1. 50 (cinquenta) usuários com as seguintes características:

1.1.3.1.1. 20 (vinte) com perfis de administradores;

1.1.3.1.2. 30 (trinta) com perfis de desenvolvedores e analistas de banco de dados.

1.1.3.1.2.1. Caso as licenças de desenvolvedores sejam fornecidas na modalidade concorrente poderão ser fornecidas 15 licenças.

1.1.3.2. 450 (quatrocentos e cinquenta) servidores físicos e virtuais Windows, Linux e Vmware;

1.1.3.3. 4 (quatro) Clusters Kubernetes instalados.

1.1.3.4. 550 (quinhentos e cinquenta) dispositivos de rede como switches, access points, leitores biométricos, aparelhos VOIP, entre outros

1.1.3.5. 200 (duzentas) aplicações Web distribuídas em senhas embutidas, texto claro, docker, kubernetes, entre outros.

1.1.4. Para fins de licenciamento da solução, segue abaixo os quantitativos da ALESC, bem como número de usuários:

1.1.4.1. 50 (cinquenta) usuários com as seguintes características:

1.1.4.1.1. 20 (vinte) com perfis de administradores;

1.1.4.1.2. 30 (trinta) com perfis de desenvolvedores e analistas de banco de dados;

1.1.4.1.2.1. Caso as licenças de desenvolvedores sejam fornecidas na modalidade concorrente poderão ser fornecidas 15 licenças.

1.1.4.2. 450 (quatrocentos e cinquenta) servidores físicos e virtuais Windows, Linux e Vmware;

1.1.4.3. 4 (quatro) Clusters Kubernetes instalados.

1.1.4.4. 550 (quinhentos e cinquenta) dispositivos de rede como switches, access points, leitores biométricos, aparelhos VOIP, entre outros

1.1.4.5. 200 (duzentas) aplicações Web distribuídas em senhas embutidas, texto claro, docker, kubernetes, entre outros.

1.1.5. A solução deve incluir no mínimo os seguintes componentes:

1.1.5.1. Console Web para administração e acesso às contas cadastradas na solução. Sendo que os consoles do TCE e ALESC não terão nenhuma relação e serão totalmente independentes.

1.1.5.2. Modulo(s) para armazenamento seguro e criptografado de credenciais, de:

1.1.5.2.1. Usuários/senhas;

1.1.5.2.2. Chaves SSH;

1.1.5.2.3. Segredos utilizados em ambiente DevOps, contêineres Docker, Kubernetes e tecnologias de container similares;

1.1.5.2.4. Senhas em arquivos de configurações de aplicações ou embutidas no código.

1.1.5.3. Servidor de intermediação de sessões ("jump server"), com funcionalidade de gravação de sessão em vídeo e registro/bloqueio de comandos;

1.1.5.4. API REST da solução para consulta e alteração de contas de forma automática por aplicações e scripts;

- 1.1.5.5. Módulo de monitoração e análise comportamental, para geração de alertas em caso de anomalias em padrões de utilização das contas gerenciadas.
- 1.1.5.6. Todos os módulos da solução de PAM serão fornecidos pelo mesmo fabricante, formando uma plataforma unificada que possibilite, por meio de um portal web integrado de gerenciamento e monitoramento, o acesso a todas as configurações, funcionalidades, dashboards, relatórios e logs.
- 1.1.5.7. Disponibilizar um cofre/pasta pessoal de senhas para cada usuário conectado a plataforma;
- 1.1.5.8. A CONTRATADA fornecerá todas as licenças necessárias e suficientes para a implantação e funcionamento da solução de PAM conforme os requisitos técnicos mínimos e obrigatórios deste contrato durante toda a vigência contratual.
- 1.1.5.9. Deverá possuir integração nativa com soluções de Acesso Remoto Privilegiado para integrações futuras.

1.2. Características Técnicas

- 1.2.1. A solução deve gerenciar contas privilegiadas no ambiente do contratante, provendo mecanismos para descobrir contas, efetuar troca automática de senhas, bem como prover auditoria e controle da utilização das contas cadastradas, conforme requisitos descritos neste documento.
- 1.2.2. A solução deve ser capaz de executar todas as suas funcionalidades sem a necessidade de instalar qualquer software nos servidores e Endpoints.
- 1.2.3. A solução deverá garantir o armazenamento seguro das credenciais privilegiadas em um cofre na nuvem do fabricante, protegido contra violações, com criptografia utilizando o algoritmo AES 256. O acesso ao cofre não será permitido por meio de chaves criptográficas geradas pelo fabricante.
- 1.2.4. A solução deverá utilizar protocolo de comunicação com criptografia TLS 1.2 ou superior em todo o tráfego de informações entre seus componentes.
- 1.2.5. A solução deve oferecer a funcionalidade de backup para recuperação manual em outro site, em nova instalação caso necessário ou mesmo para migração de solução.
- 1.2.6. Com relação ao console WEB:

1.2.6.1. A solução deverá prover portal web na nuvem do fabricante para configuração, acesso às contas gerenciadas e ativos-alvo e auditoria dos registros de log e vídeos de sessões realizadas, dentre outras configurações e funcionalidades:

1.2.6.1.1. Deverá ser compatível com pelo menos os navegadores Microsoft Edge, Firefox e Google Chrome, em suas versões mais recentes;

1.2.6.1.2. Deverá permitir conexão segura via internet por meio do protocolo HTTPS com criptografia TLS em suas versões mais recentes, sem a necessidade de instalação e uso de clientes e de VPN nos dispositivos dos usuários;

1.2.6.1.3. A console deve permitir a integração com soluções de múltiplos fatores de autenticação, incluindo também o suporte a Token/Smartcard com certificado digital;

1.2.6.1.4. A console deve permitir a integração com soluções de autenticação multifatorial, incluindo suporte para Tokens e Smartcards com certificado digital;

1.2.6.1.5. Deve funcionar plenamente sem requerer a instalação de plug-ins, drivers, Java ou outros programas nos computadores dos usuários.

1.2.6.1.6. Deverá permitir a integração com soluções de múltiplos fatores de autenticação, incluindo o suporte à autenticação com SSO via SAML integrada ao Microsoft Entra ID e múltiplo fator de autenticação (MFA) utilizando o aplicativo Microsoft Authenticator.

1.2.7. Com relação aos perfis de acesso:

1.2.7.1. A solução deverá permitir no mínimo a criação dos seguintes perfis de acesso:

1.2.7.1.1. Administrador: perfil de administração global da solução, com permissão para realizar configurações nos seus componentes, visualizar, modificar e criar outros perfis, efetuar e restaurar backups, descobrir e cadastrar credenciais, dentre outras opções.

1.2.7.1.2. Usuário: perfil que permite a visualização, uso e/ou modificação de credenciais e ativos associados, de acordo com suas permissões específicas.

1.2.7.1.3. Auditor: perfil que permite gerar, visualizar e exportar relatórios de auditoria da solução, além de analisar registros de log e vídeos das sessões realizadas pelos usuários.

1.2.7.1.4. Aprovador: usuários cadastrados nesse perfil podem aprovar ou rejeitar a abertura de sessões ou a visualização de credenciais pelos usuários.

1.2.7.2. A solução possibilitará a associação dos perfis a grupos e usuários do Active Directory ou locais da solução.

1.2.7.3. A solução terá a capacidade de reconhecer automaticamente o perfil de um usuário que seja incluído em grupo no Active Directory associado àquele perfil, bem como desassociar o usuário do perfil caso ele seja removido do grupo relacionado.

1.2.7.4. A solução possibilitará a definição de permissões de uso das credenciais, de forma a autorizar ou negar diferentes acessos, como visualização e cópia da senha, utilização da credencial (sem visualizar a senha) e edição da credencial (trocar a senha e modificar outras propriedades da conta), permitindo que essa edição de permissão seja feita por grupo de acesso ou role ou perfil de usuário.

1.2.7.5. Permitir a aprovação de acesso do tipo just-in-time para todos os sistemas alvo.

1.2.8. Com relação a descoberta, importação e gestão das credenciais:

1.2.8.1. A solução oferecerá funcionalidade de descoberta de contas locais e chaves SSH em servidores Linux, contas locais em máquinas Windows e contas de domínio no Active Directory/Entra ID:

1.2.8.1.1. A solução deverá possibilitar a identificação das contas root, inseridas no grupo root e inserida no Sudoers;

1.2.8.1.2. O processo de descoberta deve identificar tanto as contas que já tenham sido utilizadas para autenticação em alguma máquina quanto aquelas que ainda não tenham sido utilizadas;

1.2.8.1.3. O processo de descoberta identificará contas cujas senhas tenham sido alteradas diretamente no Active Directory ou localmente na máquina, ou seja, fora da solução. Nesses casos, deverá ser oferecido a opção de restaurar a senha registrada na solução ou de atualizá-la para uma nova senha.

1.2.8.1.4. Deverá permitir a execução manual da descoberta, sendo também possível o agendamento;

- 1.2.8.1.5. Deverá ser possível definir faixas de endereços IP;
- 1.2.8.2. Ao importar uma conta para o cofre de senhas, a solução oferecerá as opções abaixo:
 - 1.2.8.2.1. Permitir que o administrador digite sua senha manualmente;
 - 1.2.8.2.2. Gerar nova senha para a conta de acordo com a política de senhas e realizar a troca da senha no AD (para conta de domínio) ou no sistema operacional do ativo-alvo (para conta local).
- 1.2.8.3. A solução possibilitará o cadastro manual de contas, pelo administrador ou outro usuário que possua a devida permissão.
- 1.2.8.4. A solução permitirá a configuração de diferentes políticas de senha, que poderão ser atribuídas a contas individuais e a grupos de contas, e definirão diversos critérios, incluindo:
 - 1.2.8.4.1. Tamanho mínimo e máximo da senha, com suporte a tamanhos de 4 a 100 caracteres;
 - 1.2.8.4.2. Complexidade das senhas, com suporte a qualquer combinação dos seguintes tipos de caractere: letras maiúsculas, letras minúsculas, dígitos numéricos e caracteres especiais;
 - 1.2.8.4.3. Caracteres excluídos das senhas (exemplo: senha não pode ter espaços) ou um conjunto de caracteres de uma lista de exclusão;
 - 1.2.8.4.4. Prazo de expiração das senhas;
 - 1.2.8.4.5. Frequência e horário para troca das senhas.
- 1.2.8.5. A solução permitirá a troca da senha das contas nos servidores, dispositivos e aplicações (ou no AD, para contas de domínio), de forma individual ou por grupos de contas, sob demanda ou de forma automática, em agendamentos definidos pelo administrador:
 - 1.2.8.5.1. A solução gerará senhas aleatórias, de acordo com a política definida para cada conta;
 - 1.2.8.5.2. Ao trocar a senha de determinada conta, ela deve ser trocada também em todas as suas dependências;
 - 1.2.8.5.3. A solução permitirá a configuração de scripts personalizados para troca de senha de contas em dispositivos, serviços, arquivos e soluções proprietárias. Tais scripts poderão

incluir ações adicionais, como a reinicialização de serviços/daemons do S.O. e o acionamento de scripts externos;

- 1.2.8.5.4. Para cada conta, a solução armazenará histórico com no mínimo as últimas 5 senhas, permitindo sua visualização pelo administrador ou por outro usuário com a devida permissão.
- 1.2.8.6. A solução permitirá que as credenciais sejam utilizadas no acesso a quaisquer ativos-alvo, com suporte no mínimo aos lista dos abaixo:
 - 1.2.8.6.1. Servidores Windows, acessados via RDP (Remote Desktop / Terminal Services);
 - 1.2.8.6.2. Servidores Linux, acessados via SSH utilizando usuário/senha ou chave SSH;
 - 1.2.8.6.3. Dispositivos de rede, como switches e roteadores, acessados via SSH utilizando usuário/senha ou chave SSH;
 - 1.2.8.6.4. Páginas web acessadas via HTTP/HTTPS com autenticação por formulário ou autenticação básica (basic);
 - 1.2.8.6.5. Interface de gerenciamento de servidores como Lenovo BMX/XClarity e HPE Ilo;
 - 1.2.8.6.6. Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBDs), contemplando MySQL, Oracle, Microsoft SQL Server e PostgreSQL acessados diretamente por suas portas de rede padrão ou via conectores nativos e drivers oficiais;
 - 1.2.8.6.7. Ferramentas cliente/servidor de administração de banco de dados, como o SQL Server Management Studio e Dbeaver desde que a execução do client seja iniciada e operada localmente no endpoint do usuário;
 - 1.2.8.6.8. Consoles de administração de soluções, como o firewall, desde que seja suportado o envio de usuário/senha por parâmetro ou por preenchimento automático de campos de login na aplicação;
 - 1.2.8.6.9. Integração com soluções de gerenciamento de vulnerabilidades como Tenable e Qualys.
- 1.2.8.7. A solução permitirá a descoberta, importação e gestão de chaves SSH, incluindo as funcionalidades abaixo:
 - 1.2.8.7.1. Suportar chaves de diversas cifras e tamanhos, incluindo no mínimo o suporte a chaves RSA de 1.024 a 4.096 bits;

1.2.8.7.2. Renovar as chaves SSH de forma automática, conforme agendamento definido pelo administrador, ou sob demanda.

1.2.8.7.3. Suportar que uma mesma chave SSH seja utilizada no acesso a vários servidores/dispositivos.

1.2.9. Com relação ao fluxo de aprovação e utilização das contas:

1.2.9.1. A solução permitirá aos usuários realizarem buscas textuais por contas e ativos aos quais eles tiverem acesso.

1.2.9.2. Ao clicar em determinada credencial ou ativo-alvo cadastrado na solução, será possível ao usuário acessar no mínimo as opções abaixo, conforme sua permissão:

1.2.9.2.1. Utilizar a conta, sem visualizar ou digitar a senha/chave, para acessar o ativo-alvo, seja via SSH, RDP, HTTP/HTTPS ou outra aplicação configurada na solução;

1.2.9.2.2. Visualizar senha;

1.2.9.2.3. Copiar senha, sem exibi-la;

1.2.9.2.4. Solicitar acesso à conta ou ativo ao(s) aprovador(es).

1.2.9.3. A solução suportará a criação de fluxos de aprovação, de forma que o usuário possa solicitar o acesso a determinada credencial ou ativo-alvo, com a devida justificativa, e o(s) aprovador(es) autorize(m) ou rejeite(m) o acesso:

1.2.9.3.1. Para cada conta ou grupo de contas, deve ser possível configurar que o acesso ocorrerá sem necessidade de aprovação, ou mediante aprovação de um ou mais aprovadores;

1.2.9.3.2. A solução deve suportar o envio de e-mail de notificação ao(s) aprovador(es) quando um usuário solicitar acesso a determinada conta;

1.2.9.3.3. Após a aprovação ou rejeição do acesso, o usuário solicitante deve ser notificado por e-mail ou pela console da solução.

1.2.9.4. De acordo com o configurado pelo administrador, a solução permitirá apenas uma sessão com determinada credencial, em que o usuário efetua o “check-in” e “check-out” da conta, ou possibilitar a abertura de várias sessões simultâneas utilizando a mesma conta, de forma irrestrita, devendo ser possível realizar essa configuração para cada credencial ou grupo de credenciais.

- 1.2.9.5. A solução possibilitará configurar para que a senha de determinada conta seja trocada imediatamente pela solução após sua utilização em uma sessão.
- 1.2.9.6. A solução possibilitará que dois ou mais usuários solicitem e usem a mesma conta sem comprometimento da rastreabilidade.
- 1.2.9.7. Para todos os acessos, seja via RDP (computadores Windows), SSH (servidores Linux e outros dispositivos, seja utilizando usuário/senha ou chave SSH), aplicações web via HTTP/HTTPS ou aplicações cliente/servidor, a conexão ocorrerá por meio do servidor de intermediação de sessões da solução, de forma transparente:
 - 1.2.9.7.1. O acesso poderá ser feito por meio do portal web da solução, que autenticará o usuário no ativo-alvo com a credencial selecionada, sem que seja necessário instalar qualquer aplicação ou agente em sua estação de trabalho;
 - 1.2.9.7.2. Para o acesso a máquinas Windows, deverá ser possível utilizar o próprio cliente RDP da Microsoft para acessar a máquina de destino, por meio do servidor de intermediação da solução, sem fazer login no portal web;
 - 1.2.9.7.3. Para conexões SSH, deverá ser possível utilizar o Putty, ou outro cliente SSH similar, para acessar a máquina de destino por meio do servidor de intermediação da solução, utilizando conta ou chave SSH cadastrada, sem fazer login no portal web.
- 1.2.9.8. Para todas as sessões, a solução oferecerá no mínimo as funcionalidades abaixo:
 - 1.2.9.8.1. Gravação da sessão em vídeo sem depender de integrações com ferramentas de terceiros;
 - 1.2.9.8.2. Gravar sessões estabelecidas via protocolos HTTPS, SSH e RDP e permitir a reprodução por um auditor para efeito de auditoria;
 - 1.2.9.8.3. Possuir mecanismo de compactação e/ou otimização do espaço de armazenamento das sessões gravadas;
 - 1.2.9.8.4. Permitir a exportação das gravações para armazenamento fora da solução de cofre de senha, ou o armazenamento das gravações por pelo menos 1 ano sem limite de armazenamento;
 - 1.2.9.8.5. Registro em log de programas executados – no caso de máquinas Windows – ou registro em log da entrada e saída de comandos executados – no caso de servidores Linux, dispositivos

de rede e outras aplicações onde esse recurso se aplicar (Ex: Microsoft SQL Management Studio).

1.2.9.8.6. Monitoração em tempo real pelo administrador ou outro perfil que tenha essa permissão. Nesse caso, a solução deve permitir que o usuário que esteja monitorando a sessão execute no mínimo as ações abaixo:

1.2.9.8.6.1. Pause a sessão;

1.2.9.8.6.2. Restabeleça uma sessão pausada;

1.2.9.8.6.3. Encerre a sessão imediatamente.

1.2.9.9. Para sessões SSH, a solução suportará o bloqueio da execução de determinados comandos definidos pelo administrador, com suporte a expressões regulares.

1.2.9.10. A ação da solução quando o usuário tentar executar um comando bloqueado deve ser configurável, com no mínimo as opções abaixo:

1.2.9.10.1. Bloquear o comando, exibindo notificação ao usuário;

1.2.9.10.2. Bloquear o comando e enviar alertas aos administradores da solução.

1.2.9.11. Os registros em log das sessões devem ser pesquisáveis de forma simples pela console da solução.

1.2.9.12. Os vídeos das sessões gravadas possuirão metadados ou outro tipo de marcação que permita pesquisar por comandos e programas executados, levando o vídeo para o ponto em que a ação ocorreu.

1.2.9.13. Os vídeos das sessões serão armazenados em repositório seguro na nuvem, criptografado e protegido contra qualquer alteração que comprometa sua integridade, com retenção por no mínimo 180 dias, sem necessidade de restauração de backup.

1.2.9.14. Permitir a exportação das gravações para armazenamento fora da solução de cofre de senha, ou o armazenamento das gravações por pelo menos 1 ano sem limite de armazenamento.

1.2.10. Com relação aos segredos de aplicação e API Rest:

1.2.10.1. A solução deverá realizar o gerenciamento de segredos em ambientes DevOps , contêineres Docker, Kubernetes, Rancher, OpenShift e outras tecnologias de container similares, tendo que segredo é qualquer senha, chave criptográfica, token ou qualquer outro valor que deve ser guardado de maneira segura e secreta;

- 1.2.10.2. A solução deverá se integrar e ser compatível com ambiente DevOps, contêineres Docker, Kubernetes, Rancher, OpenShift e outras tecnologias de container similares.
- 1.2.10.3. A solução deverá ter funcionalidades que rodem dentro de contêineres intermediando as chamadas e o acesso seguro aos segredos.
- 1.2.10.4. Os segredos deverão ser criptografados no seu local de armazenamento, inclusive dentro dos contêineres de aplicação, não permitindo que sejam visualizadas em texto claro.
- 1.2.10.5. A solução deverá permitir que as aplicações que são executadas dentro dos contêineres tenham acesso seguro aos segredos para efetivo uso.
- 1.2.10.6. A solução deve fornecer meios de revogar completamente o acesso a um segredo sob demanda ou por meio de definição de políticas.
- 1.2.10.7. A solução deve possuir componente integrado que disponibilize API (Application Programmable Interface) para consulta de credenciais por aplicações e scripts por meio de chamadas REST.
- 1.2.10.8. Quando determinada credencial for alterada no cofre, o componente deve ser atualizado imediatamente para prover a credencial correta nas consultas seguintes.
- 1.2.10.9. Deve ser possível implementar mais de uma instância do componente para garantir sua alta disponibilidade.
- 1.2.10.10. A API deve possibilitar a identificação da aplicação por vários fatores, incluindo no mínimo o token/identificador da aplicação e o endereço IP de origem da requisição.
- 1.2.10.11. A API deve ser documentada de forma detalhada, permitindo a implementação de consultas de forma simples, para aplicações escritas em diversas linguagens de programação.
- 1.2.10.12. A solução deve possuir mecanismos de gestão e consulta automática de segredos utilizados em ambientes DevOps, contêineres Docker, Kubernetes, Rancher, OpenShift e tecnologias de contêiner similares.
- 1.2.10.13. Além de permitir consultas a credenciais, a API REST da solução deve permitir a automação de tarefas de administração, possibilitando a integração com scripts e soluções externas, incluindo, no mínimo, as funcionalidades a seguir:

1.2.10.13.1. Consulta, alteração e cadastro de usuários para acesso e administração da solução;

1.2.10.14. Consulta, alteração e cadastro de credenciais e grupos de credenciais no cofre de senhas da solução;

1.2.11. Com relação ao monitoramento e análise comportamental:

1.2.11.1. A solução deve possuir funcionalidade de monitoração, análise comportamental e mitigação automática de ameaças, de forma a identificar comportamentos suspeitos e executar ações corretivas automáticas, com, no mínimo, as funcionalidades a seguir:

1.2.11.1.1. Mapear o perfil de comportamento dos usuários, bem como o perfil de utilização das contas gerenciadas pela solução, estabelecendo padrões de normalidade (baselines);

1.2.11.1.2. Identificar pelo menos os seguintes comportamentos suspeitos:

1.2.11.1.2.1. Acessos a contas ou ativos-alvo em horários incomuns;

1.2.11.1.2.2. Acessos excessivos a uma mesma conta ou ativo-alvo;

1.2.11.1.2.3. Acessos excessivos de um mesmo usuário;

1.2.11.1.2.4. Acesso de credenciais fora do padrão de associação habitual;

1.2.11.1.2.5. Acessos sucessivos a múltiplos alvos ou falhas repetidas de autenticação.

1.2.11.1.3. A análise dos eventos e logs detectará múltiplos comportamentos e utilizará mecanismos de correlação para identificar eventos complexos, como, por exemplo: usuário acessando um servidor em horário incomum, utilizando credencial não utilizada anteriormente (suspeita de roubo de credencial).

1.2.11.1.4. A mitigação automatizada deverá permitir integração a sistemas SIEM e deverá executar ações configuráveis pelo administrador como:

1.2.11.1.4.1. Bloqueio da conta ou da sessão;

1.2.11.1.4.2. Solicitação imediata de reautenticação;

1.2.11.1.4.3. Alerta automático;

1.2.11.1.4.4. Rotação imediata da senha ou revogação da credencial;

1.2.12. Com relação aos dashboards e relatórios:

1.2.12.1. A solução disponibilizará dashboards e relatórios pré-definidos no seu portal web na nuvem, com a possibilidade de personalizá-los por meio da aplicação de filtros e modificação dos seus campos.

1.2.12.2. A solução permitirá a geração de relatórios gerenciais e detalhados de forma automática, conforme agendamentos definidos pelo administrador, ou sob demanda, que incluam no mínimo as informações abaixo:

1.2.12.2.1. Atividades de login e logoff dos usuários;

1.2.12.2.2. Alterações em perfis e permissões dos usuários;

1.2.12.2.3. Criação, alteração, visualização e utilização de contas gerenciadas pela solução;

1.2.12.2.4. Alterações de senha das contas gerenciadas;

1.2.12.2.5. Aprovações e rejeições de solicitações de acesso a contas;

1.2.12.2.6. Informações sobre sessões iniciadas, pausadas e encerradas;

1.2.12.2.7. Bloqueio de comandos;

1.2.12.2.8. Informações sobre alertas e eventos gerados pela solução;

1.2.12.2.9. Informações de saúde da solução – atualizações, inicialização e parada de serviços e componentes, falhas de comunicação, dentre outras;

1.2.12.2.10. j) lista completa de contas gerenciadas pela solução, juntamente com os detalhes da idade da senha;

1.2.12.2.11. k) Relatórios de credenciais com falhas de logon repetidas.

1.2.12.3. A solução permitirá o agendamento de envio de relatórios por e-mail e a exportação de relatórios, no mínimo, para um dos seguintes formatos: PDF, XLSX ou CSV.

1.2.13. Com relação aos logs:

1.2.13.1. A solução registrará em log os eventos abaixo:

1.2.13.1.1. Autenticação no portal web da solução (sucesso e falha);

1.2.13.1.2. Atividades de configuração da solução;

- 1.2.13.1.3. Acesso, utilização e modificação de contas, seja de forma interativa (console da solução) ou automática (API);
- 1.2.13.1.4. Trocas de senha de contas gerenciadas pela solução;
- 1.2.13.1.5. Eventos detectados pela solução;
- 1.2.13.1.6. Visualização de vídeos das sessões;
- 1.2.13.1.7. Geração e visualização de relatórios;
- 1.2.13.1.8. Eventos gerais da solução, tais como a atualização dos componentes, backup e restore de configurações e dados, informações de saúde dos componentes da solução, dentre outros.
- 1.2.13.2. Os registros de log conterão todas as informações sobre os eventos, como data e horário, descrição, usuário, atividade realizada, endereços IP, ativos e credenciais envolvidas, dentre outras.
- 1.2.13.3. Deve ser possível efetuar buscas nos logs, realizando filtros pelos seus campos, como descrição, usuário, conta, ativo, intervalo de tempo, dentre outros.
- 1.2.13.4. A solução permitirá a configuração de alertas baseados em eventos específicos registrados em log, conforme filtros definidos pelo administrador.
- 1.2.13.5. Suportar a retenção dos logs gerados por no mínimo 90 dias.
- 1.2.13.6. Suportar a integração com ferramentas de SIEM de mercado, para envio de todos os registros de log por meio de Syslog ou agente de integração nativo da solução.
- 1.2.14. Com relação as consultas APIs:**
 - 1.2.14.1. A solução disponibilizará API (Application Programmable Interface) para consulta de credenciais por aplicações e scripts por meio de chamadas REST.
 - 1.2.14.2. A API deve possibilitar a identificação da aplicação por vários fatores, incluindo no mínimo o token/identificador da aplicação e o endereço IP de origem da requisição.
 - 1.2.14.3. A API deve ser documentada de forma detalhada, permitindo a implementação de consultas de forma simples, para aplicações escritas em diversas linguagens de programação.
 - 1.2.14.4. Além de permitir consultas a credenciais, a API REST da solução deve permitir a automação de tarefas de administração,

possibilitando a integração com scripts e soluções externas, incluindo no mínimo as funcionalidades a seguir:

1.2.14.4.1. Consulta, alteração e cadastro de usuários para acesso e administração da solução;

1.2.14.4.2. Consulta, alteração e cadastro de credenciais e grupos de credenciais no cofre de senhas da solução.

1.2.15. Com relação Backup e DR:

1.2.15.1. A solução possuirá mecanismo de backup dos dados e da configuração, incluindo recurso de exportação para repositório remoto, de maneira automática ou agendada.

1.2.15.2. A solução permitirá a criação de uma conta de acesso emergencial (“break glass”), que poderá, após autenticação por 2 fatores, acessar qualquer credencial do cofre de senhas:

1.2.15.2.1. A utilização da conta de acesso emergencial será registrada em log de auditoria, permitindo a geração de alertas específicos, conforme definido pelo administrador.

1.2.15.2.2. Em cenários de recuperação de desastre, deverá ser possível restaurar o acesso a todas as credenciais do cofre da solução. Para tanto, a solução deverá permitir a exportação da chave de criptografia do cofre de senhas, ou adotar medida similar de contingência que assegure a recuperação completa das credenciais em uma nova instalação da aplicação.

1.2.15.2.3. Como alternativa à funcionalidade acima, a solução poderá oferecer mecanismo para exportar o cofre de senhas para um arquivo criptografado, que poderá ser acessado utilizando ferramenta off-line da solução mediante autenticação com senha de dupla custódia.

1.2.15.3. O fabricante da solução e a CONTRATADA não terão acesso à chave de criptografia do cofre de senhas ou a qualquer outra forma de backdoor da solução.

2. DESCRIÇÃO DO ITEM 2:

2.1. Características Gerais

2.1.1. Contratação de solução de Acesso Remoto Privilegiado para 60 meses, incluindo serviço técnico especializado.

2.1.2. A solução deve ser nativamente integrada à solução de PAM, podendo ser provida por meio de licenças ou módulos da solução descrita no ITEM 1

e respeitando os mesmos critérios de garantia, conexão, sincronização e nível de serviço.

2.1.3. Itens adicionais para o funcionamento como licenciamento de bancos de dados e licenças de RDS Windows devem ser fornecidas caso sejam necessárias para seu pleno funcionamento.

2.1.4. Para fins de licenciamento da solução, seguem abaixo os quantitativos do TCE/SC:

2.1.4.1. 10 (dez) licenças para usuários externos à organização como fornecedores e prestadores de serviço.

2.1.5. Para fins de licenciamento da solução, seguem abaixo os quantitativos da ALESC:

2.1.5.1. 50 (trinta) licenças para usuários externos à organização como fornecedores e prestadores de serviço.

2.1.6. A solução deve incluir os mesmos componentes especificados nos itens 1.1.1.5.1 e 1.1.1.5.2.

2.1.7. A solução deve incluir um portal de acesso seguro para usuários externos com as seguintes funcionalidades mínimas:

2.1.7.1. Gravação de sessão em vídeo;

2.1.7.2. Auditoria detalhada;

2.1.7.3. Análise comportamental;

2.1.7.4. Análise e alertas de anomalias;

2.1.7.5. Registro/bloqueio de comandos.

2.2. Características Técnicas

2.2.1. A solução deve prover acesso de usuários externos ao ambiente da contratante através de mecanismos de conexão remota segura, sem necessidade de VPN.

2.2.2. A console web da solução deverá observar os mesmos critérios definidos no ITEM 1, sendo nativamente integrada à console de PAM.

2.2.3. A solução deve estar em conformidade com os requisitos de gravação de sessão, registro de ações, auditoria e mecanismos de alerta e análise comportamental especificados no ITEM 1.

2.2.4. A solução de Acesso Remoto Privilegiado deverá complementar a solução de PAM descrita no ITEM 1, utilizando seus mesmos princípios de

cofre de credenciais, servidor de intermediação de sessões (jump server), auditoria e monitoramento.

- 2.2.5.** A solução deverá contemplar o perfil de acesso de usuário externo que permite a usuários externos à organização a visualização, uso e/ou modificação de credenciais e ativos associados, de acordo com suas permissões específicas através de portal seguro.
- 2.2.6.** A solução deve ter as mesmas funcionalidades de gestão de perfil, credenciais, descoberta, contas e política de senhas previstas no ITEM 1 aplicadas ao contexto de acesso remoto privilegiado.
- 2.2.7.** A solução permitirá que as credenciais sejam utilizadas no acesso a quaisquer ativos-alvo, com suporte no mínimo aos lista dos abaixo:
 - 2.2.7.1.** Servidores Windows, acessados via RDP (Remote Desktop/Terminal Services);
 - 2.2.7.2.** Servidores Linux, acessados via SSH utilizando usuário/senha ou chave SSH;
 - 2.2.7.3.** Páginas web acessadas via HTTP/HTTPS com autenticação por formulário ou autenticação básica (basic);
 - 2.2.7.4.** Aplicações cliente/servidor, como o SQL Server Management Studio, Dbeaver e consoles de administração de soluções, como o firewall, desde que seja suportado o envio de usuário/senha por parâmetro ou por preenchimento automático de campos de login na aplicação;
- 2.2.8.** A solução deve ter as mesmas funcionalidades de gravação, monitoramento, auditoria e controle de sessões previstas no ITEM 1, aplicadas ao contexto de acesso remoto privilegiado, incluindo gravação em vídeo e log (SSH, RDP, HTTPS), exportação/armazenamento, monitoração em tempo real com possibilidade de pausar/restabelecer/encerrar sessões e bloqueio de comandos conforme regras definidas pelo administrador.
- 2.2.9.** A solução deve ter as mesmas funcionalidades de registro, auditoria e integração de logs previstas no ITEM 1, aplicadas ao contexto de acesso remoto privilegiado, incluindo registro detalhado de eventos de autenticação, configuração, utilização e modificação de credenciais, trocas de senha, visualização de sessões e relatórios.
- 2.2.10.** A solução deve ter as mesmas funcionalidades de backup, restauração e contingência previstas no ITEM 1, aplicadas ao contexto de acesso remoto privilegiado.

3. DESCRIÇÃO DO ITEM 3:

- 3.1. A Contratada deverá realizar de forma remota, sob supervisão do contratante, a implantação da solução especificada no item 1 e 2.
- 3.2. O serviço de implantação contempla o planejamento, a configuração e a integração da solução, especificada no item 1 e 2, com o ambiente do contratante.
- 3.3. A contratada deve ter técnico(s) certificado(s) pelo fabricante na solução fornecida.
- 3.4. A Contratada deverá realizar reunião de alinhamento remota com o contratante em até 10 (dez) úteis após o início da vigência do Contrato.
- 3.5. A Contratada deverá apresentar ao contratante, em até 10 (dez) dias úteis após a reunião de alinhamento referida no subitem 3.4, documento denominado Plano de Implantação da Solução, que deverá atender a todos os requisitos especificados, contemplando minimamente os seguintes aspectos:
 - 3.5.1. Identificação dos sistemas alvo que serão protegidos e gerenciados pela solução;
 - 3.5.2. Identificação das integrações da solução com o ambiente de TIC do contratante;
 - 3.5.3. Levantamento das configurações a serem realizadas na solução, incluindo:
 - 3.5.3.1. Políticas de autenticação;
 - 3.5.3.2. Políticas de gerenciamento de senhas;
 - 3.5.3.3. Armazenamento de informações privilegiadas;
 - 3.5.3.4. Definição de fluxos de aprovações;
 - 3.5.3.5. Emissão de notificações e alertas;
 - 3.5.3.6. Geração de relatórios e visualizações;
 - 3.5.3.7. Políticas de auditoria;
 - 3.5.3.8. Cadastramento de usuários;
 - 3.5.3.9. Definição de perfis de acesso para usuários da solução;
 - 3.5.3.10. Gerenciamento e gravação de sessões;
 - 3.5.3.11. Política de controle de acesso;

- 3.5.4.** Identificação dos técnicos da Contratada responsáveis pela implantação, incluindo nome completo, e-mail e telefone para contato;
- 3.5.4.1. A Contratada deverá apresentar ao contratante a comprovação de que o(s) técnico(s) responsável(is) pela implantação possui(em) certificação do fabricante da solução.
- 3.5.5.** Cronograma estimado para a conclusão do serviço de implantação, respeitando o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contemplando, minimamente, as atividades a serem realizadas, seus prazos, responsáveis e interdependências.
- 3.5.5.1. A definição do cronograma de implantação da solução deverá considerar questões como: usabilidade, segurança, atendimento às boas práticas do mercado, recomendações do fabricante, dentre outras consideradas relevantes.
- 3.6. A implantação da solução somente poderá ser iniciada após a aprovação, por parte da equipe do contratante.
- 3.7. Durante a implantação da solução, a Contratada deverá realizar, minimamente, as seguintes atividades:
- 3.7.1.** Identificar e efetuar todas as configurações na solução, que permitam seu perfeito funcionamento, adequado às necessidades do contratante;
- 3.7.2.** Implementar as integrações da solução com o ambiente de TIC do contratante.
- 3.8. Sempre que o contratante/ou a Contratada julgarem necessário, poderão ser realizadas reuniões de acompanhamento da implantação.
- 3.9. Após a conclusão da implantação da solução:
- 3.9.1.** Toda a solução deverá estar totalmente operacional, em perfeitas condições de funcionamento;
- 3.9.2.** A solução deverá estar perfeitamente integrada ao ambiente de TIC do contratante;
- 3.10. Deverá ser realizado repasse de conhecimento do ambiente de instalação com duração mínima de 8(oito horas) de todas as configurações realizadas no ambiente.

4. DESCRIÇÃO DO ITEM 4:

- 4.1. Fornecer curso oficial do fabricante no formato online com duração mínima de 16 (dezesesseis) horas.

4.2. A realização do curso deverá ser sob demanda e de acordo com a disponibilidade dos participantes

4.3. Após a solicitação do curso por parte da CONTRATANTE a CONTRATADA tem até 30 dias para fornecer o mesmo.

4.3.1. O curso deverá ser ofertado em idioma inglês ou em português. Com legenda em português.

5. DESCRIÇÃO DO ITEM 5:

5.1. Garantir performance, atualizações automáticas das aplicações de segurança.

5.2. Fornecer um portal para abertura de chamados quando ocorrer problemas técnicos ou solicitações de serviço.

5.3. Fornecer um telefone para abertura de chamados quando ocorrer problemas técnicos, solicitações de serviço ou esclarecimento de dúvidas técnicas.

5.3.1. Os atendimentos poderão ser remotos ou presenciais ocorrendo em regime 24x7 e respeitando os seguintes acordos de níveis de serviço:

SLA	Impacto
1 - Crítico	O serviço encontra-se inoperante ou efetivamente inutilizável devido a um problema.
2 - Alto	O serviço está no ar e operando, porém, o problema causa impacto significativo, estando com desempenho significativamente reduzido ou funcionalidades consideradas importantes desativadas.
3 - Médio	Impacto limitado ou insignificante. É importante para a produtividade a longo prazo, mas não causa interrupção do serviço.
4 - Baixo	Serviços usados esporadicamente, com baixo impacto.

SLA	Tempo de Início de Atendimento	Tempo de Resolução
1 - Crítico	2 horas	6 horas
2 - Alto	4 horas	24 horas
3 - Médio	16 horas	72 horas
4 - Baixo	32 horas	15 dias

5.4. O nível de severidade do chamado poderá ser reclassificado pelo contratante, caso em que será reiniciada a contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade, a partir da comunicação à CONTRATADA por meio dos canais disponibilizados.

5.5. Os chamados serão considerados concluídos somente após o aceite do contratante, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sendo fechado automaticamente se não houver manifestação do Banco nesse prazo.

5.6. Em caso de não cumprimento das metas de atendimento serão aplicadas as seguintes penalidades conforme o quadro abaixo, limitado a 10%:

SLA	Tempo de Início de Atendimento	Tempo de Resolução	Glosa
1 - Crítico	2 horas	6 horas	5%
2 - Alto	4 horas	24 horas	3%
3 - Médio	16 horas	72 horas	2%
4 - Baixo	32 horas	15 dias	1%

ANEXO III-B - INDICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS TÉCNICOS

Item	Link ou documento dos itens e subitens	Página(s)
1.1.1		
1.1.2		
1.1.2.1		
1.1.2.1.1		
1.1.2.1.2		
1.1.2.1.2.1		
1.1.2.1.2.2		
1.1.2.2		
1.1.3		
1.1.4		
1.1.5		
1.1.5.1		
1.1.5.2		
1.1.5.2.1		
1.1.5.2.2		
1.1.5.2.3		
1.1.5.2.4		
1.1.5.3		
1.1.5.4		
1.1.5.5		
1.1.5.6		
1.1.5.7		
1.1.5.8		
1.1.5.9		
1.2.1		
1.2.2		
1.2.3		
1.2.4		
1.2.5		
1.2.6		
1.2.6.1		
1.2.6.1.1		
1.2.6.1.2		
1.2.6.1.3		
1.2.6.1.4		
1.2.6.1.5		
1.2.6.1.6		
1.2.7.1		
1.2.7.1.1		
1.2.7.1.2		
1.2.7.1.3		
1.2.7.1.4		
1.2.7.2		
1.2.7.3		
1.2.7.4		
1.2.7.5		
1.2.8		
1.2.8.1		
1.2.8.1.1		
1.2.8.1.2		

1.2.8.1.3		
1.2.8.1.4		
1.2.8.1.5		
1.2.8.2		
1.2.8.2.1		
1.2.8.2.2		
1.2.8.3		
1.2.8.4		
1.2.8.4.1		
1.2.8.4.2		
1.2.8.4.3		
1.2.8.4.4		
1.2.8.4.5		
1.2.8.5		
1.2.8.5.1		
1.2.8.5.2		
1.2.8.5.3		
1.2.8.5.4		
1.2.8.6		
1.2.8.6.1		
1.2.8.6.2		
1.2.8.6.3		
1.2.8.6.4		
1.2.8.6.5		
1.2.8.6.6		
1.2.8.6.7		
1.2.8.6.8		
1.2.8.6.9		
1.2.8.7		
1.2.8.7.1		
1.2.8.7.2		
1.2.8.7.3		
1.2.9		
1.2.9.1		
1.2.9.1.1		
1.2.9.1.2		
1.2.9.1.2.1		
1.2.9.1.2.2		
1.2.9.1.2.3		
1.2.9.1.2.4		
1.2.9.1.3		
1.2.9.1.3.1		
1.2.9.1.3.2		
1.2.9.1.3.3		
1.2.9.4		
1.2.9.5		
1.2.9.6		
1.2.9.7		
1.2.9.7.1		
1.2.9.7.2		
1.2.9.7.3		
1.2.9.8		

1.2.9.8.1		
1.2.9.8.2		
1.2.9.8.3		
1.2.9.8.4		
1.2.9.8.5		
1.2.9.8.6		
1.2.9.8.6.1		
1.2.9.8.6.2		
1.2.9.8.6.3		
1.2.9.9		
1.2.9.10		
1.2.9.11		
1.2.9.12		
1.2.9.13		
1.2.9.14		
1.2.9.15		
1.2.10		
1.2.10.1		
1.2.10.2		
1.2.10.3		
1.2.10.4		
1.2.10.5		
1.2.10.6		
1.2.10.7		
1.2.10.8		
1.2.10.9		
1.2.10.10		
1.2.10.11		
1.2.10.12		
1.2.10.13		
1.2.10.13.1		
1.2.10.14		
1.2.11		
1.2.11.1		
1.2.11.1.1		
1.2.11.1.2		
1.2.11.1.2.1		
1.2.11.1.2.2		
1.2.11.1.2.3		
1.2.11.1.2.4		
1.2.11.1.2.5		
1.2.11.1.3		
1.2.11.1.4		
1.2.11.1.4.1		
1.2.11.1.4.2		
1.2.11.1.4.3		
1.2.11.1.4.4		
1.2.12		
1.2.12.1		
1.2.12.2		
1.2.12.2.1		
1.2.12.2.2		

1.2.12.2.3		
1.2.12.2.4		
1.2.12.2.5		
1.2.12.2.6		
1.2.12.2.7		
1.2.12.2.8		
1.2.12.2.9		
1.2.12.2.10		
1.2.12.2.11		
1.2.12.3		
1.2.13		
1.2.13.1		
1.2.13.1.1		
1.2.13.1.2		
1.2.13.1.3		
1.2.13.1.4		
1.2.13.1.5		
1.2.13.1.6		
1.2.13.1.7		
1.2.13.1.8		
1.2.13.23		
1.2.13.2		
1.2.13.3		
1.2.13.4		
1.2.13.5		
1.2.13.6		
1.2.14		
1.2.14.1		
1.2.14.2		
1.2.14.3		
1.2.14.4		
1.2.14.4.1		
1.2.14.4.2		
1.2.15		
1.2.15.1		
1.2.15.2		
1.2.15.2.1		
1.2.15.2.2		
1.2.15.2.3		
1.2.15.3		
2.1.1		
2.1.2		
2.1.3		
2.1.4		
2.1.5		
2.1.6		
2.1.7		
2.1.7.1		
2.1.7.2		
2.1.7.3		
2.1.7.4		
2.1.7.5		

2.2.1		
2.2.2		
2.2.3		
2.2.4		
2.2.5		
2.2.6		
2.2.7		
2.2.7.1		
2.2.7.2		
2.2.7.3		
2.2.7.4		
2.2.8		
2.2.9		
2.2.10		

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (xxx.xxx.xxx/xxx-xx), **DECLARA** que:

- a) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empresa menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz (Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal);
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, IV da Lei 14.133/2021);
- c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (Art. 63, § 1º da Lei 14.133/2021);
- d) Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Art. 67, VI da Lei 14.133/2021).

Local e data

Nome Empresa

Nome Representante Legal

Número do documento de identificação do representante.

ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO ME/EPP

(apresentar juntamente com a proposta readequada)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (xxx.xxx.xxx/xxx-xx), **DECLARA** que neste ano-calendário ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021).

Local, data.

Nome Empresa

Nome Representante Legal

Número do documento de identificação do representante.

ANEXO VI - MODELO DECLARAÇÃO OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

(se for o caso, para fins de assinatura do Contrato)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (xxx.xxx.xxx/xxx-xx), **DECLARA** ao **TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA**, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o artigo 64, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que **é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional**, de que trata o artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente.

II - O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e, durante a vigência do contrato decorrente desta licitação, ao **TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA**, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local, data.

Nome Empresa

Nome Representante Legal

Número do documento de identificação do representante.